



**ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS**

**EDITAL
N.º 8/I/2013**

**(Em defesa do serviço público postal – contra a privatização, pela
reabertura das estações de correios)**

Eu, **António Marques de Oliveira**, Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.

Faço Público, que na 1ª Sessão Ordinária, realizada no dia **27 de Dezembro de 2013**, a **Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas** aprovou a seguinte deliberação:

Deliberação

O Governo levou por diante os seus intentos de privatização dos CTT. Pela primeira vez, em cinco séculos de história, os Correios foram entregues aos interesses privados dos grupos económicos. Os maiores acionistas privados são agora nada menos que, em segundo lugar, o alemão Deutsche Bank, e em primeiro lugar o norte-americano Goldman Sachs. Este último notabilizou-se devido ao seu papel na crise financeira desencadeada em 2008 (tendo sido acusado de fraude pela comissão de valores mobiliários dos EUA), ou ainda pelo envolvimento na origem da crise financeira da Grécia, com a ocultação do défice das contas públicas daquele país.

No plano das contas públicas, com a privatização dos Correios, o Estado perde as receitas dos dividendos que deixa de receber e perde ainda receitas fiscais, agravando o défice orçamental. Mas, mais que isso, perde o comando do controlo estratégico de um serviço público que é um fator fundamental de desenvolvimento e qualidade de vida, de coesão territorial na ligação às regiões, tantas vezes o último serviço que restava nas povoações e o único contacto regular que tinham populações isoladas e abandonadas por sucessivos governos.



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

Ao vender os CTT na bolsa de valores, o Governo pretendeu transformar um serviço público num negócio privado, num quadro de submissão do interesse público para a valorização dos interesses dos grupos económicos.

Centenas de estações de correios foram encerradas, centenas de marcos do correio arrancados, verifica-se a degradação do serviço postal, prejudicando gravemente as populações. Por seu turno, verifica-se também na empresa o ataque ao emprego com direitos e os milhares de postos de trabalho destruídos ao longo dos últimos anos, bem como o preocupante jogo de palavras e contradições quanto à retirada ou não do sistema de saúde / Obras Sociais dos CTT, prejudicando a vida de dezenas de milhares de trabalhadores e aposentados dos CTT e suas famílias.

Anuncia-se entretanto, mas não se divulga, um protocolo entre o Governo e os CTT, que levanta as maiores suspeitas e preocupações, para a criação dos ditos espaços Loja do Cidadão em estações dos Correios, em circunstâncias que ninguém conhece, mobilizando fundos públicos e comunitários, colocando funções do Estado e da Administração Pública nas mãos de interesses privados.

O Governo decretou ainda a alteração dos contratos de concessão do serviço postal, com o encerramento mais fácil de estações de correios; aumentos de preços e discriminações tarifárias facilitadas; a eliminação do próprio conceito de rede pública postal e do seu desenvolvimento.

O comando político e democrático do processo de desenvolvimento, organização e funcionamento da economia e da vida social exige, para ser cumprido, a defesa e o reforço do setor empresarial do Estado – e não a venda a retalho da soberania nacional e da democracia económica.

Neste contexto, é ainda mais incompreensível que se mantenha esta situação de encerramento de serviços e estações de correios, que o Concelho de Almada tem vindo a sofrer ao longo dos anos. O que é justo e exigível é que sejam reinstaladas e reabertas as estações dos CTT que foram encerradas, primeiro na Trafaria (levando à posterior prestação do serviço na Junta de Freguesia), e mais recentemente em Cacilhas e no Feijó; mas também que se concretize finalmente a perspetiva inicialmente



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

colocada para a Sobreda, de criação de uma estação de correios onde não existia (tendo então avançado com esse propósito e durante o prazo de um ano a instalação de um balcão provisório também na Junta de Freguesia, compromisso assumido por escrito pelos CTT).

Já era condenável a opção de encerrar estações e passar o serviço para as autarquias num contexto de empresa pública. Mas agora é totalmente inaceitável que as Juntas de Freguesia coloquem os seus recursos escassos ao serviço da acumulação de lucro dos grupos económicos e financeiros multinacionais que dominam a empresa CTT.

A Assembleia da União das Freguesias de Almada-Cova da Piedade-Pragal-Cacilhas, reunida no dia 27 de Dezembro de 2013, delibera:

1. Manifestar o seu repúdio e condenação face à operação realizada este mês de entrega aos interesses privados da maioria do capital da empresa CTT e o controlo estratégico do serviço público postal, com a privatização dos Correios na Bolsa de Valores.
2. Pronunciar-se pela exigência da reinstalação e reabertura das Estações de Correios da Trafaria, Cacilhas e Feijó, e pela criação da nova Estação de Correios da Sobreda.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE EDITAL E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES HABITUAIS DAS FREGUESIAS.

Almada, 30 de Dezembro de 2013.

**O Presidente da Assembleia da União das Freguesias de
Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas**

António Marques de Oliveira